

prova-13.06.25

Estudo para Prova de Legislação de Direito Ambiental

Este material resume os principais tópicos, conceitos, leis e obrigações apresentados nos slides da Professora Michelle Calhau. É uma ferramenta de revisão para sua prova de Legislação Ambiental.

Resumo Geral

A legislação ambiental busca promover a sustentabilidade, regulando atividades humanas que impactam o meio ambiente. O Licenciamento Ambiental é o principal instrumento de controle, exigido para atividades potencialmente poluidoras.

Conceitos-Chave

- **Sustentabilidade:** Uso dos recursos naturais sem comprometer as futuras gerações.
 - **Licenciamento Ambiental:** Procedimento administrativo obrigatório para atividades que utilizam recursos naturais ou causam impacto ambiental.
 - **Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA):** Lei 6.938/81 que institui os instrumentos de controle ambiental.
 - **CONAMA:** Conselho Nacional do Meio Ambiente – responsável por regulamentar normas ambientais.
 - **SISNAMA:** Sistema Nacional do Meio Ambiente.
-

Principais Leis e Artigos

Constituição Federal de 1988

- Art. 225: Garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

- §1º, Inciso IV: Exige Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para atividades com potencial de causar degradação ambiental.
- §1º, Inciso V: Determina o controle de substâncias e técnicas perigosas à vida e ao meio ambiente.

Lei 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente

- Art. 9º: Define instrumentos da política ambiental, como a avaliação de impactos, o zoneamento ambiental e o licenciamento.
- Art. 10: Exige licenciamento prévio para atividades potencialmente poluidoras.
- Art. 12: Exige medidas de controle ambiental em projetos financiados com recursos públicos.

Lei 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais

- Art. 56: Penaliza o uso indevido de substâncias tóxicas com reclusão de 1 a 4 anos e multa.
- Art. 60: Penaliza obras ou serviços sem licença ambiental com detenção de 1 a 6 meses e/ou multa.
- Art. 70: Considera infração ambiental qualquer violação às normas de uso e proteção ambiental.

Resolução CONAMA 237/1997

- Define etapas e critérios para o licenciamento ambiental.
- Estabelece que o licenciamento ocorrerá em apenas um nível de competência (Federal, Estadual ou Municipal).

Licenciamento Ambiental

Licenciamento ambiental é o processo administrativo pelo qual o órgão ambiental estabelece regras e condições para atividades que geram impactos ambientais.

Características principais:

- Documento com validade definida.
- Avaliação de resíduos, efluentes, gases, ruídos e riscos.

- Pode ser exigido por órgãos municipais, estaduais ou federais, conforme a abrangência do impacto.

Responsabilidades:

- O empreendedor deve solicitar a licença desde o planejamento.
- O órgão ambiental deve conceder a licença, fiscalizar e aplicar penalidades quando necessário.

Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental

De acordo com a Resolução CONAMA 237/1997, as seguintes atividades requerem licenciamento:

Indústrias: Química, metalúrgica, mecânica, de couros, papel e celulose, borracha, têxtil, plásticos, alimentícia e de fumo.

Energia e serviços: Usinas termoeletricas, tratamento de água e esgoto, disposição de resíduos.

Transportes e obras: Rodovias, portos, barragens, dragagens, marinas, terminais químicos.

Uso de recursos naturais: Silvicultura, exploração florestal, manejo de recursos genéticos e biotecnologia.

Agropecuária e turismo: Projetos agrícolas, criação de animais, complexos turísticos, loteamentos urbanos.

Competência para Conceder a Licença

Nível de governo	Órgão responsável	Quando atua
Federal	IBAMA	Impactos ambientais em mais de um estado ou de abrangência nacional
Estadual	Exemplo: INEMA (Bahia)	Atividades dentro dos limites territoriais do estado
Municipal	Secretarias Municipais de Meio Ambiente	Quando autorizado pelo estado, em casos de impacto local

O critério principal é a área de influência direta do impacto ambiental.

Novas Leis e Políticas na Bahia (2025)

1. **Lei 14.882/2025** – Cria a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil.
 2. **Lei 14.889/2025** – Institui o Programa Estadual de Transição Energética (PROTENER).
 3. **PEPSA** – Programa de Pagamento por Serviços Ambientais.
 4. **Lei 12.056/2011** – Reforço à educação ambiental como processo formativo contínuo.
 5. **Decisão do STF** – Determina que a competência para licenciamento em áreas da Mata Atlântica é da União, não dos municípios.
-

Dicas para a Prova

- Memorize os principais artigos: Art. 225 (CF/88), Arts. 9 e 10 da PNMA, Arts. 56 e 60 da Lei de Crimes Ambientais.
 - Entenda claramente a diferença entre "licença" (documento) e "licenciamento" (processo).
 - Estude quais empreendimentos exigem licenciamento (pode cair como questão de múltipla escolha).
 - Conheça os níveis de competência (federal, estadual e municipal).
 - Fique atento às novas legislações da Bahia de 2025.
 - Palavras-chave que podem aparecer na prova: licenciamento, EIA/RIMA, CONAMA 237/97, SISNAMA, IBAMA.
-

Frase de Reflexão

"Estamos abocanhando porções de recursos que não nos pertencem, mas sim às futuras gerações."

— *Edis Milaré*

Sobre a Professora

Michelle Calhau

Bióloga, Mestre em Engenharia Ambiental Urbana, Doutoranda em Biotecnologia, Professora, Pesquisadora e Consultora.